

A evolução habitacional-urbana na cidade do Rio de Janeiro

Mariana Figueiredo de Castro Pereira¹

Resumo: A presente pesquisa foi voltada para o processo de formação habitacional-urbana do Rio de Janeiro, compreendendo o período do fim da Colonização até a década de 30 e focando-se principalmente nos cortiços e nas favelas. Entendo que essas duas formas de habitação, apesar de antigas, permanecem perpetuando muito mais do que segregações espaciais: também sociais, políticas e econômicas que geraram repercussões nas políticas públicas atuais.

Palavras-chave: habitação popular, cortiços, favelas .

Urban housing development in the city of Rio de Janeiro

Abstract: The present research was focused on the process of urban housing formation in Rio de Janeiro, and covers the period from the end of Colonization until the 30's, mainly in tenements and slums. It is understood these two forms of housing, despite being old, keep perpetuating much more than special segregations: also social, political, and economic ones that led to repercussions in present public policies.

Key words: popular housing, tenements, slums.

Introdução

Esse trabalho segue a linha de pensamento de Abreu (1988) de que a luta de classes se reflete também na luta pelo domínio do espaço e que se torna mais aguçada a partir dos primeiros movimentos de industrialização nos grandes conglomerados urbanos no século XIX, mantendo-se na atualidade com a exclusão sócio-espacial entre classes ricas e classes pobres.

Relembrando a história brasileira, verificamos que as formas de distribuição habitacional no Brasil-Colônia eram concentradas nas vilas erguidas em torno das Igrejas e Santas Casas de Misericórdias que desempenhavam dupla função: político-administrativa e médico-assistencial.

¹ Assistente Social formada pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com especialização em Responsabilidade social & Terceiro Setor e mestranda da PUC-Rio.

Até o início do século XIX, a sociedade brasileira ainda respirava os ares de fazenda e de campo, e as cidades se constituíam em vilarejos. A maioria de sua população era escrava e poucos eram trabalhadores livres convivendo muito proximamente com a reduzida elite local, seja em função da própria defesa das vilas, seja pela falta de meios de transporte. A diferenciação entre as classes não se dava, portanto, pela ocupação do espaço urbano, mas pela aparência das residenciais da elite local. Essa condição espacial, no caso do Rio de Janeiro, sofre uma profunda mudança a partir do início do século XIX, com a instalação da Família Real e sua corte na cidade, bem como com as medidas tomadas em relação à nova condição do Brasil como sede do Reino.

“Uma semana após a chegada, o príncipe regente, Dom João, decretou em 28 de janeiro de 1808, através de uma carta-régia, a abertura dos portos (....). Um Alvará de 1º de abril de 1808 anulava a proibição de 1785, permitindo agora a instalação de manufaturas no Brasil. Por último, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 16 de dezembro de 1815, completou as alterações no estatuto colonial brasileiro.” (Matos & Nunes, 1993: p 62)

A chegada da Família Real, em 1808, sem local oficial para residir, fez surgir a demanda por áreas que servissem como locais de moradia permanente ou residências de lazer (as chamadas chácaras), em regiões como Botafogo, São Cristovão e Engenho Velho. A escolha destas localidades buscava evitar a alta concentração de epidemias de cólera, pestes, varíola e febre amarela nas moradias coletivas à época. Naquele período, por ser vista como uma cidade pestilenta e perigosa, do ponto de vista sanitário e moral, o Rio de Janeiro não era considerado uma cidade digna de tornar-se moradia da realeza, em vista das formas de (des)organização habitacional existentes.

A questão da salubridade nos cortiços ganha importância durante o Segundo Reinado², quando, em 1843, ocorre um movimento da Academia Imperial de Medicina de controle e higiene em reação ao episódio de epidemia de febre escarlatina na cidade. O movimento resultou em ações mais enfáticas de controle e/ou demolição dessas formas de habitação. As novas medidas estavam ligadas, também, à crise econômica ocasionada pela

² O Segundo Reinado é marcado pelo fim do período da Regência, após maioria de Dom Pedro II, com o Brasil já reconhecido como país independente (1822), com a instalação do Parlamentarismo e com a Proclamação da República em 1889. (Matos & Nunes: 1993)

permanência de uma economia de base latifundiária, que ainda utilizava mão-de-obra escrava, resultando em perdas de capitais externos, e queda na produtividade, na importação/exportação e rebatimentos no comércio.

A tônica da imprensa da época era não só de denúncia contra os cortiços, mas também contra o Governo, pelas falhas de abastecimento de água e esgoto e por continuar a permitir a proliferação das habitações consideradas perigosas do ponto de vista sanitário e político, na medida em que se constituíam foco potencial de agitações populares.

Esse cenário começa a se modificar com o desenvolvimento da produção cafeeira, que possibilitou a modernização das lavouras e o surto industrial brasileiro. A partir de 1870³ a cidade do Rio de Janeiro começa a adquirir características de grandes centros urbanos, principalmente com a ampliação do mercado interno e a crescente presença de trabalhadores assalariados, forçando o Governo a agir na criação de infra-estrutura que acompanhasse o desenvolvimento industrial. Neste período, a cidade atrai numerosos investimentos de capitais internacionais interessados no setor de serviços públicos, como transporte, esgoto e gás, a partir de concessões do Estado.

Apesar de já existirem formas de transporte para mobilização urbana, como as carruagens (conhecidas como *Gôndolas Fluminenses*, em 1838) e os barcos a vapor, estes ainda eram predominantemente aristocráticos, caros e insuficientes, portanto, para atender a toda a população. Em 1868 inaugura-se a primeira linha de bondes de burros, para o deslocamento da burguesia emergente, não chegando a tornar-se um transporte coletivo popular. A década de 1880 é marcada pelo aparecimento de duas novas ferrovias, com concessões estrangeiras, para atender ao crescimento dos subúrbios, mas:

“A entrada em funcionamento das companhias de carris e dos trens de subúrbio, e a conseqüente desconcentração urbana que viabilizaram, pouca influência tiveram, entretanto sobre as densidades populacionais da área central da cidade. Com efeito, à exceção de Candelária, freguesia diminuta que se transformara em verdadeiro centro de negócios da cidade e não tinha cortiços, as demais freguesias centrais (São José, Santa Rita, Sacramento, Santana e Santo Antônio) adensaram-se consideravelmente no período 1872-1890 (...).” (Abreu, 1984, p. 7)

³ Data identificada como o período do segundo surto industrial no Rio de Janeiro que se estendeu até a primeira década da República, conforme Matos & Nunes (idem).

Nesta época, a cidade sofre uma explosão populacional de 90%, diretamente ligada à força de trabalho nacional e estrangeira, em geral, se tratando de trabalhadores livres (artífices, operários de pequenas manufaturas, trabalhadores de trapiches, carroceiros, pequenos comerciantes etc) que precisavam de moradia barata e perto dos locais de trabalho, além de ex-escravos pós-Abolição, em busca de qualquer ganho para assegurar sua sobrevivência.

É notável que a introdução dos meios de transporte iniciou uma transformação na malha urbana que se intensificaria a partir do início do século XX e que, sob concessão do Estado, manteriam as diferenças de classes, solidificando a dicotomia núcleo-periferia, conforme atesta Abreu (1988).

1. Cortiços, quilombos e favelas

Um ponto pouco abordado por autores que realizam a discussão sobre a urbanização e, inclusive, a formação das favelas, é a presença de quilombos em áreas urbanas. Campos (2005) faz menção à existência de quilombos como espaços de resistência à ordem Imperial e que muito se assemelharia às atuais favelas cariocas. Embora sua origem e organização estivessem no campo, também havia modalidades urbanas, principalmente na capital da província. Nesta época, havia grande representatividade de escravos e alforriados que se refugiavam em áreas desabitadas, dentre elas, os sítios próximos à área central em freguesias rurais localizados encostas de morro com cobertura florestal, que serviam de construção de mocambos. Um dos primeiros registros destas ocupações data de 1850, quando autoridades da Corte estavam às voltas com a tentativa de encontrar quilombos localizados junto às matas da Tijuca, Andaraí, e até no distrito da Lagoa (atual Lagoa Rodrigo de Freitas).

Quanto às favelas, existem algumas hipóteses sobre sua origem. Uma delas está relacionada aos quilombos, que iriam perdendo a função de espaço de luta e resistência negra, expandindo e transmutando-se nas favelas, sobretudo nas freguesias urbanas.

Uma segunda hipótese é a de que muitos negros provinham da Guerra do Paraguai (1865-1870) e já se reuniam nas favelas mesmo antes da Abolição. Durante a Guerra, muitos escravos foram sendo alforriados pelo Governo para servirem de exército nos combates. No retorno, acabavam acampando nas proximidades do Ministério da Guerra à

espera de uma solução sobre suas moradias, mas, em razão da omissão governamental, se deslocaram para os morros próximos à área militar. Esta tese sustenta, portanto, que o fenômeno dos cortiços não serve para explicar a expansão da metrópole do Rio de Janeiro, pois estas construções se limitavam somente à área central da cidade. Portanto, o surgimento da favela não teria sido resultado de um processo, mas consequência de fatos, sendo a Guerra do Paraguai um deles.

A terceira tese aponta a origem das favelas no cenário urbano carioca em consequência de dois fatos: o retorno de ex-combatentes da Guerra dos Canudos (1896-1897) que obtiveram permissão para habitar provisoriamente nos Morros da Providência e de Santo Antônio, e por lá se instalaram, aproveitando-se de uma certa permissividade do Governo, já que a reforma urbana da cidade previa a destruição da maior parte dos cortiços e quartos na mesma região onde se localizavam essas favelas⁴.

Outra tese contextualiza a formação da favela como opção de moradia frente à discriminação que os moradores dos cortiços sofriam, tanto pela sociedade burguesa como pelo Governo. Este, através de ações de cunho higienista e moralizador, procurava justificar as remoções e despejos, como os praticados pelo Prefeito Barata Ribeiro.

A existência de diversas teses demonstra que não há uma única explicação sobre o processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro, mas, diferentes fatores que, analisados de maneira conjunta, contribuíram para formação daqueles tipos de moradias.

Veremos, em seguida, como esse fenômeno se desenvolve no período pós-Proclamação da República, principalmente com a entrada de uma personalidade política importante: O Prefeito Pereira Passos.

2. A questão habitacional na 1ª República: o subúrbio e as vilas operárias

Desde o Segundo Reinado, os cortiços vinham sendo alvo de preocupações, relacionadas à situação econômica e política que o país passava. O sistema escravista vinha se esgotando e iniciava-se um processo capitalista industrial – de base agroexportadora – acompanhado da emergência de um operariado industrial, o que não deixava de tornar aguda a problemática da pobreza e das condições subumanas das moradias dos

⁴ A palavra *favela* vem de um tipo de planta denominada *fava*, muito encontrada nos morros e encostas da região citada, daí a titulação.

trabalhadores, principalmente os imigrantes, dizimados pelas pestes e doenças. Neste sentido, a busca pela integração do país na divisão internacional do trabalho gerou, por parte das elites nacionais, intenções de modernização do país e de sua capital seguindo os moldes europeus.

Paralelamente, o empresariado nacional vinha sendo estimulado pelo novo governo republicano, via concessões e isenções, a subsidiar a construção de *habitações higiênicas para seus operários*, as chamadas *vilas operárias*. Obviamente, essa parceria possuía um interesse maior do que apenas a problemática da higiene: estava voltada para o controle dos trabalhadores, organizando suas vidas e vigiando, assim, o próprio movimento operário que ganhava força com as ideologias trazidas pelos europeus ao Brasil.

“Para o Estado, só havia uma solução para os cortiços: a sua eliminação e substituição por habitações para operários e classes pobres construídas segundo modelos aprovados pela Inspetoria de Higiene.” (Abreu, idem:, p. 10)

Em vista desse momento marcado por grandes transformações políticas e sócio-econômicas, torna-se fundamental a mudança radical do espaço urbano pelo governo. Uma das primeiras intervenções públicas inicia-se, ainda que de maneira morosa, com o Prefeito Barata Ribeiro, que, em 1893, manda destruir o maior cortiço da cidade: o Cabeça de Porco, que abrigava em torno de 4.000 pessoas.

Mais a maior atuação da administração municipal é sentida na atuação de Pereira Passos, nomeado durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), que realizou, em um curto período de tempo, e com certa radicalização, uma verdadeira “revolução” no então espaço urbano carioca..Tal intervenção caracterizou-se como um verdadeiro programa de reforma urbana, nas palavras de Abreu (idem), e também de controle de epidemias, ainda sob a ótica da higienização.

Em 1906 a política de vacinação adotada pelo governo de Rodrigues Alves, sob a liderança de Oswaldo Cruz no combate à epidemia de varíola, culminou na Revolta da Vacina, com grande oposição popular, atingindo principalmente as camadas mais pobres. Essa reforma, no entanto, só foi viabilizada graças às condições favoráveis a essa intervenção, com uma economia de modo de produção capitalista já instalada e com a

oligarquia cafeeira no poder, através do regime chamado por historiadores de República Velha.⁵

Uma das características da Reforma Passos foi o investimento nas comunicações e circulações internas e externas, como a construção do novo porto⁶ do Rio de Janeiro e de avenidas, objetivando aceleração nas atividades econômicas e mobilização nas áreas proletárias e industriais. Outra característica foi o controle urbanístico, que dava poderes ao prefeito para organizar a cidade e aumentar a carga tributária, permitindo vigilância até mesmo sobre a vida dos cariocas. Este controle podia ser observado na proibição de vendas e quiosques em vias públicas; na proibição de criação de suínos nas casas; na proibição da mendicância, além do impedimento de reformas nos cortiços ainda existentes.

Sem dúvida, Pereira Passos foi considerado uma figura política importante, pois o período de sua gestão representou o primeiro exemplo de intervenção estatal sobre a questão urbana e, inclusive, social, reorganizando e delimitando os espaços de habitação das camadas pobres que não mais condiziam com a nova imagem que se desejava passar da cidade. Fica, assim, nítido o privilégio das classes mais ricas, que receberam serviços de arborização e asfaltamento em seus bairros, conjuntamente com os investimentos no centro da cidade.

Os setores mais beneficiados foram, sem dúvidas, as indústrias, principalmente a de construção civil, que diminuiu custos na importação e exportação de seus produtos, ao desfrutar das novas vias de transporte que se abriam. Além disso, a reforma delimitou mais fortemente as áreas nobres das pobres, separando os locais de residência dos locais de trabalho propiciando o deslocamento do operariado para os subúrbios, com novas alternativas de transporte a menor custo. Em vista da grande oferta imobiliária nos subúrbios, as vilas operárias caem em desuso.

Cabe dizer que alguns bairros periféricos foram preservados dessa intensa reforma por ainda possuírem alta densidade demográfica e não serem alvo de qualquer interesse econômico, como Catumbi, Cidade Nova, Estácio, partes da Lapa, Gamboa, Santo Cristo e Saúde. Estes viriam a se tornar mais tarde algumas das grandes favelas da cidade,

⁵ A Primeira República Brasileira, normalmente chamada de *República Velha* (em oposição à *República Nova*, período posterior, iniciado com o governo de Getúlio Vargas), foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República em 1889 até a Revolução de 1930.

⁶ O porto foi inaugurado em 1910, modernizando as atividades portuárias e introduzindo o uso de navios a vapor em detrimento das velas.

exatamente pela omissão pública e pela ausência de alternativas dos trabalhadores⁷, assim como o subúrbio não receberia atenção do governo para serviços estruturais básicos⁸.

A remodelação dos espaços trouxe melhorias principalmente para a elite local, que se beneficiou com a expulsão de antigos moradores (como os quilombolas) em áreas consideradas exclusivas das classes burguesas, como Copacabana e a Lagoa Rodrigo de Freitas⁹.

As administrações seguintes, como a do prefeito André Gustavo Paulo de Frontin e de Carlos Sampaio, acentuaram ainda mais a disparidade entre bairros, contribuindo para o aumento da estratificação e estigmatização espacial e social.

“(....) os morros cariocas passaram a ser objeto de limpezas periódicas a partir da década de 1920. E cada morro despejado dava lugar a outra favela conforme já afirmava Backheuser em 1906 (falando dos cortiços) e era agora reconhecido também por Alfred Agache, urbanista francês contratado pela municipalidade na administração Prado Junior (1926-1930) para elaborar um plano de remodelação, extensão e embelezamento da cidade.”
(Abreu, 1984, p.60)

3. As favelas a partir da Revolução de 30

Por não serem considerados espaços valorizados pela construção imobiliária, até o início da década de 1930 as favelas ainda não se constituíam como os principais locais de moradia das classes pobres, mas também não recebiam atenção do Estado, que deixava à mercê da população resolver sua problemática habitacional. Ao mesmo tempo, o processo industrial crescia na cidade, expandindo-se para os subúrbios, que já contava com mão-de-obra morando nessa região, e inclusive contribuindo para a criação de novas favelas suburbanas. A formação geográfica da cidade também permitia esse crescimento.

No cenário político da República Velha, vigorava no Brasil a chamada "política do café com leite", em que políticos de São Paulo e de Minas Gerais se alternavam na presidência da república. Após divergências entre os dois grupos deu-se o rompimento

⁷ As favelas eram as únicas alternativas aos trabalhadores que não possuíam condições financeiras de morar no subúrbio e que trabalhavam nos arredores do centro ou nas áreas nobres.

⁸ Abreu (1984) faz menção em seu trabalho a diversos jornais da época denunciando o abandono da administração municipal sobre obras de infra-estrutura no subúrbio e o constante privilégio nas áreas nobres e ricas para modernização e embelezamento, consideradas obras desnecessárias.

⁹ Algumas áreas operárias foram transferidas para o subúrbio ou simplesmente acabaram para darem lugar aos bairros nobres, como Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras.

político dessa aliança, culminando em um golpe de Estado, em 1930, que depôs o presidente paulista Washington Luiz, estabelecendo um *governo provisório* chefiado por Getúlio Vargas. A adesão de tenentes militares, da classe média urbana e das camadas mais pobres confirmava que o modelo político oligárquico entrava em crise juntamente com o tratamento dado à questão social como caso de polícia, reprimindo demandas populares que ganhavam cada vez mais força político-sindical e pressionavam por maior assistência aos trabalhadores.

Nesse cenário de grandes turbulências, o Estado assume uma posição centralizadora, por vezes autoritária, estimulando a expansão das atividades urbanas e deslocando o eixo produtivo da agricultura para a indústria, estabelecendo uma modernização da economia brasileira. Para atingir tais metas, e combater idéias socialistas e comunistas que ganhavam força junto ao operariado, o governo assume determinada orientação trabalhista onde, por meio da *ideologia da outorga*, concedia benefícios aos trabalhadores como forma de legitimação e controle.

Como as leis e medidas para beneficiar a classe trabalhadora eram restritas ao universo urbano-industrial, verifica-se o aumento do fluxo migratório do campo para a capital, adensando a ocupação nos subúrbios e favelas. Utilizava-se uma política habitacional paternalista que construía conjuntos habitacionais almejando votos e o aumento da popularidade do governo *Varguista*. Nesse cenário, as favelas se diversificam, sendo invadidas por uma quantidade de famílias provindas de diversas regiões, principalmente do nordeste brasileiro, não mais se restringindo aos trabalhadores locais, imigrantes e negros.

Podemos, então, concluir que o crescimento industrial, que gerava empregos, e os investimentos de infra-estrutura como transporte e saneamento para atender a essas atividades econômicas, foram fatores fundamentais para a explosão urbana, incluindo as favelas.

“(…) o governo, via melhoramentos urbanos, disseminou a força de trabalho por subúrbios longínquos e carentes, transformando a vida dos trabalhadores numa luta pelo cotidiano e diluindo seu potencial de conflito urbano.” (Quiroga, 1993, p.26)

4. Instituições de assistência voltadas à temática: das Santas Casas à Fundação Leão XIII

Vimos que no período colonial a assistência e a ordem política estavam ligadas às instituições católicas, como as Santas Casas de Misericórdia, que, no período de 1545 a 1888 representavam as únicas referências de assistência hospitalar, asilar psiquiátrica, abrigo de *menores*¹⁰ e até de serviço funerário.

A partir da proclamação da República (1889) ocorre uma ruptura da aliança político-administrativa entre o Estado e a Igreja, diversificando-se as ações de caráter assistencial laico – embora ainda houvesse grande presença das instituições religiosas – através de ações de empresários filantropos. Personalidades como Moncorvo Filho, Jorge Street, Romão Duarte e Dr. Melo Matos que tiveram grande importância no desenvolvimento da assistência no Brasil.

Paralelamente é também no período denominado de República Velha que emerge a *questão social* e a força do conflito entre classes, através da entrada da classe operária no cenário político para reivindicar seu reconhecimento e em busca de ações que atendessem suas demandas mais urgentes. Assim, até a Primeira República, as ações do governo, ligado fundamentalmente aos setores oligárquicos rurais burgueses, não assumiam a reprodução da força de trabalho urbana, utilizando-se da repressão como forma de manutenção da ordem capitalista industrial em implantação. A partir da Revolução de 30, vive-se um momento de hegemonização do Estado, que passa a assumir a Assistência, numa tentativa de desmontar ações de governos locais e do empresariado, e iniciar uma regulação estatal da filantropia.

Vale dizer que, mesmo frente a um Estado laico, as ações da Igreja católica e de suas instituições assistenciais continuaram coexistindo. A relação entre Estado e Igreja ainda era forte, a ponto de, em 1947, ser criada a Fundação Leão XIII, com o objetivo de intervir nas questões sociais e urbanas da cidade, com um olhar especial para as populações das favelas. A instituição atuava através de ações sociais nos próprios territórios ainda considerados estigmatizados. Neste período, persistia a associação do termo favelado à pobreza e marginalidade.

¹⁰ Referência à *casa dos enjeitados e roda dos expostos* para crianças e adolescentes.

Considerações Finais

A partir da discussão sobre a questão habitacional-urbana e, mais particularmente, sobre as favelas, verificamos poucas modificações no tratamento da questão ao longo desses séculos. A política habitacional ainda não é vista como prioritária pelos governantes, seja nos períodos anteriores à grande densidade demográfica e ao desenvolvimento industrial, seja atualmente. Multiplicam-se práticas pontuais de reforma urbana, com resquícios de envolvimento político-partidário nas decisões de governo. E, pior, verificamos a ausência do poder público nas áreas mais pobres e excluídas da cidade, dando lugar à emergência de grupos de violência que instituem um Estado paralelo como forma organização do espaço urbano¹¹.

Na relação da política urbana com a assistência, a ação da Igreja foi enfraquecida, dando lugar às iniciativas comunitárias e não-governamentais, mas que permanecem reproduzindo práticas pontuais e não-transformadoras. Em 2007, a prefeitura do RJ criou o projeto POUSO¹², uma parceria entre as Secretarias de Habitação e Assistência Social, com a finalidade de apoiar o Programa Favela-Bairro. Infelizmente, o projeto fracassou, em função de anos de omissão do poder público e pela força de grupos marginalizados que coagiram os técnicos e a realização das obras.

Tal fato simboliza a identificação de novas estruturas de poder e de negligência do Estado, tornando difícil enxergar-se uma saída. As marcas deixadas na cidade no passado, como a dicotomia entre áreas nobres e pobres persiste e se agrava a cada dia com o crescimento progressivo das favelas em bairros excludentes, como é o caso da zona sul.

Além disso, verifica-se a existência de um mercado imobiliário ilegal nas favelas que oprime ainda mais àqueles que estão em busca de moradia digna. Ainda é perceptível, também, a existência de cortiços, muitas vezes criados por invasões de prédios comerciais e indústrias que abandonaram seus negócios com medo da violência. Um exemplo claro foi o processo de saída de empreendimentos no entorno da Avenida Brasil, em função do crescimento de comunidades pobres, evidenciando o descaso e a desordem dos poderes públicos.

¹¹ Referência aos narcotraficantes e milicianos.

¹² Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSO's)

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. “Da habitação ao habitat: uma interpretação geográfica da evolução da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930)”. Seminário Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República. Fundação Casa de Rui Barbosa, IUPERJ, IBAM, Rio de Janeiro, 1984

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. 2 edição. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1988

CAMPOS, Andrelino. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo, Rio de Janeiro, FGV, 2005

GOMES, Fátima Cabral M. “Estado e Política no pensamento brasileiro na primeira República”. In Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, PPGSS/UFRJ, nº 6, 1º semestre de 2002

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul. Relações Sociais e serviço social: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo, Cortez, 2001

MATOS, Clarence José & NUNES, César A. Novo Manual Nova Cultural História do Brasil. Coleção Novíssimo. São Paulo, Nova Cultural, 1993

QUIROGA, Ana Maria, Políticas assistenciais: controle do conflito e práticas de reapropriação. Relatório final da pesquisa CNPq, processo 300710/86-0. PPGSS/UFRJ, 1993.